



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

PROPOSTA DE ANÁLISE DO *GUIA PARA JORNALISTAS SOBRE RAÇA, GÊNERO E ETNIA*, DE ANGÉLICA BASTHI

Leandro Bráulio Nascimento Nóbrega

Universidade Estadual da Paraíba – leandro_braulio@yahoo.com.br

A presença dos afro-brasileiros na mídia nacional esteve historicamente pautada pelo reforço de estereótipos negativos. No entanto, essa mídia pode atuar como contraponto a inferiorização da imagem do negro. Por essa razão, diz-se que a atuação da mídia, na qual a atividade jornalística está incluída, é, entre outros fatores, determinante para a gestação de visões de mundo sobre os indivíduos e a sociedade. No jornalismo, os manuais e guias de redação, além de descreverem o estilo próprio dos veículos ao qual estão ligados, são os recursos mais utilizados para orientar os profissionais da área quanto aos procedimentos comportamentais e até ideológicos a serem seguidos em relação a determinados assuntos. A obra *Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia*, de Angélica Basthi, movimenta-se na direção da construção de novos discursos, com especial atenção ao tratamento dado às mulheres nas práticas e processos midiáticos da sociedade brasileira contemporânea. Diante dessas questões relacionadas ao estudo da população negra no Brasil, sua relação com a mídia e as formas pelas quais os meios de comunicação podem combater a discriminação e o racismo, este estudo busca empreender análise abordando a importância desse guia na capacitação de profissionais de mídia, jornalistas e estudantes de jornalismo. Sob essa ótica, pretende-se analisar, em especial, as abordagens sobre as mulheres, que é o assunto do livro, em seus comportamentos, práticas e discursos, representações e imaginários, coletivamente ou de modo singular.

Palavras-chave: Gênero, Comunicação, Subjetivação.

Introdução

A discussão da relação entre mídia e os conteúdos de gênero, raça e etnia envolve dois aspectos principais. São eles: o registro histórico dessa temática no cotidiano dos meios de comunicação brasileiros e sob quais perspectivas é possível construir uma nova mídia que seja plural, inclusiva e isenta de discriminações e estereótipos.

No Brasil, as discussões acerca de um olhar crítico sobre a cobertura dos meios de comunicação nas abordagens relacionadas a gênero, raça e etnia descendem, entre outros fatores, de uma nova perspectiva educacional. Essa nova perspectiva, estruturada em contraposição a um olhar eurocêntrico que por anos baseou os programas de ensino das escolas brasileiras, está fundamentada em uma pedagogia inclusiva, multicultural e de



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

incorporação da temática da diversidade cultural, etnicorracial e de gênero nos currículos escolares.

Resultado desse novo compromisso pedagógico é a Lei 10.639/03, que tornou obrigatória a temática História e Cultura dos afro-brasileiros e da África no sistema educacional de Ensino Fundamental e Médio brasileiro. Tal medida, ao alertar para o papel e o espaço reservado à História da África em meio às temáticas e conteúdos abordados nos livros didáticos e sobre a necessidade de formação acadêmica específica nessa área, propiciou um redimensionamento dos debates e reflexões a respeito do tema do racismo, da discriminação e da intolerância com incidência inclusive na formação de jornalistas e estudantes de Jornalismo.

Nesse sentido, a relevância deste trabalho é verificada na medida em que avança o desenvolvimento de estudos com foco nas relações entre as práticas midiáticas (impressa, televisiva, radiofônica e digital, entre outras) e seus reflexos sobre a cultura e a sociedade. Ao tomar como objeto de pesquisa a obra *Guia para Jornalistas sobre Raça, Gênero e Etnia*, de Angélica Basthi, esse estudo associa-se às investigações que contemplam discussões em torno de processos históricos de diferenciação social pelos quais sujeitos e grupos foram/são investidos cotidianamente em posições e hierarquias a partir de relações como as de gênero, raça e etnia. Nesses termos, esta proposta de estudo tem por objetivo desenvolver uma análise crítica da obra *Guia para Jornalistas sobre Raça, Gênero e Etnia*, de Angélica Basthi. Ademais, esta análise, ao debater a questão racial e sua relação com a mídia, contribui também para a produção de subsídios teóricos de grande valia em relação à herança histórica africana e afro-brasileira e sua relação com as representações midiáticas, oportunizando, assim, uma perspectiva de mídia voltada para a pluralidade e isenta do reforço de estereótipos negativos, especialmente os relacionados às questões de gênero, raça e etnia.

Delimitação do tema



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A atuação da mídia, na qual a atividade jornalística está incluída, é determinante para a gestação de visões de mundo sobre os indivíduos e a sociedade. Nesse horizonte de discussão, a presença dos afro-brasileiros na mídia nacional esteve historicamente pautada pelo reforço de estereótipos negativo. Ora as características visuais do corpo do negro eram colocadas em evidência (a cor da pele, o tipo de cabelo, as feições do rosto), ora se processava o imaginário social do negro preguiçoso, passivo, pobre, sujo, feio, burro e incapaz. Todavia, essa mídia pode atuar, através de suas diversas linguagens e discursos por elas propagados, como contraponto a inferiorização da imagem do negro.

Um caminho a seguir é o da valorização da identidade racial, social, política e cultural do negro por meio do resgate de sua herança cultural, afirmando-a qualitativamente e assumindo um discurso que fale de autoestima, cidadania e consciência racial. Dessa maneira, é necessário ao discurso que alcança a mídia de forma geral, e em particular outras linguagens como a publicidade, o cinema e a novela, oferecer informações com valor de referência além daquelas tomadas como natural com o propósito de combater a desvalorização estética e as pretensas poluição moral e inferioridade racial dos afro-brasileiros.

No jornalismo, os manuais e guias de redação, além de descreverem o estilo próprio dos veículos ao qual estão ligados, são os recursos mais utilizados para orientar os profissionais da área quanto aos procedimentos comportamentais e até ideológicos a serem seguidos em relação a determinados assuntos. O objetivo da adoção desse recurso é garantir um padrão mínimo e uniforme de qualidade ao material noticioso e informativo produzido pelas empresas de comunicação e mídia. De acordo com Carpino (2002), os objetivos dos manuais de redação brasileiros são:

compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas (CARPINO, 2002).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico e de natureza qualitativa. Será utilizada a análise de conteúdo para interpretação do objeto de estudo referenciado.

Fundamentação teórica

Todo estudo que se debruçar sobre a formação social e cultural do Brasil deve considerar as relações desenvolvidas em território nacional desde os tempos de sua fundação entre os elementos culturais das mais diversas origens: culturas nativa (indígena), europeia, de matriz católica, e africana primordialmente. No tocante a investigação da contribuição dos elementos culturais africanos (aspectos linguísticos, artísticos, indumentários, culinários, tecnológicos, filosóficos, teológicos e religiosos) no espaço brasileiro desde o período escravocrata até os dias atuais, o intento representa um avanço na construção de um currículo e uma prática multicultural que realmente promova o diálogo e o respeito à diversidade étnica e cultural.

A inclusão de temas concernentes à Cultura e História Afro-brasileira nos currículos de ensino educacional torna-se e, por conseguinte, na agenda midiática, dessa forma, um desafio proporcional a amplitude do patrimônio herdado da população negra na história da sociedade brasileira, seja na esfera cultural, política ou econômica do país. Essa é também uma iniciativa ousada em razão de a trajetória de homens, mulheres e crianças negras ter sido por anos reproduzida e massificada em nossos espaços escolares e na imprensa, tanto em âmbito local quanto nacional, a partir de visões estereotipadas e negativas que relegaram qualquer valorização da participação da população negra na construção material e cultural do Brasil. De acordo com Silveira (2010), por meio do contraponto de sua História e Cultura, a gente negra tem nessa política afirmativa reparadora de injustiças sociais uma relevante estratégia de superação de um processo histórico de submissão e desigualdades causador de péssimas condições de vida, trabalho, saúde e educação para os afrodescendentes.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O destaque, portanto, de experiências históricas recuperadas por uma nova historiografia, mediante a percepção e receptividade de novos conhecimentos, culturas e sujeitos, fundamenta a construção de uma mídia inclusiva e mais plural enquanto que na educação escolar propicia uma visão positiva da população negra, estimulando o respeito à diversidade e à tolerância.

A renitente permanência da discriminação pelas práticas discursivas do cotidiano cultural brasileiro, portanto, reitera a circulação de estereótipos repletos de conteúdos cheios de preconceito, aversões e hostilidades a grande parte da população brasileira, condensando no discurso midiático uma prática social impregnada de sentimentos negativos.

Acerca da possibilidade de verificação de experiências do cotidiano nos discursos, defende Fiorin (2002):

A linguagem tem influência também sobre os comportamentos do homem. O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. Esses estereótipos entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais (FIORIN, 2002, p. 55).

Um exemplo disso ocorre com os espaços ocupados por personagens afro-descendentes no cinema brasileiro. Historicamente, a ficção fílmica brasileira produzida sustentou a rede de sentidos depreciativos, também evidentes em outros discursos, que, de acordo com processos advindos do ideário do regime escravocrata, legitimou a exclusão do negro da cidadania e da construção da identidade nacional. Sobre essa questão, pontua Fonseca (2000, p. 92):

É pertinente observar que em decorrência do modo como a sociedade brasileira lidou com a questão escravocrata, as imagens de negros e de negrura continuam a ser modeladas por uma gama imensa de preconceitos que podem ser percebidos em diferentes lugares sociais ainda que, muitas vezes, encobertos por eufemismos (FONSECA, 2000, p. 92).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Desse panorama explica-se a figuração do negro sem identidade, passivo e marginalizado nas representações do cinema, pois tido como selvagem, bruto e de raciocínio curto, o negro possui uma natureza propícia a desempenhar certas atividades que demandam um tipo de força que só ele tem. É uma crença que se desenvolve desde a era pós-abolicionista quando ex-escravos e seus descendentes, vitimados por intensa pobreza e preconceitos, desprotegidos de qualquer política de integração à sociedade, passaram a ter ocupações degradantes e mal remuneradas. Assim, essa tendência de subvalorização do negro evidencia que ele foi, num sentido geral, relegado ao ajuste possível na nova ordem social, a favor do acaso e engrossando a maioria dos excluídos hoje presente nos grandes centros urbanos.

Em decorrência desse processo, a estigmatização da população negra consolida-se por uma gama de preconceitos nascidos do fato de o negro ter ficado umbilicalmente associado a ocupações que passaram a ser definidos, na grande maioria das vezes, pela cor de quem as executa. Por tal motivo, ao longo da história da formação do povo brasileiro, o negro continuou a ser reconhecido por códigos que definem e justificam a sua presença em tarefas mal remuneradas que o impedem de alcançar uma real integração à sociedade a que pertence (FONSECA, 2000, p. 96-97).

Para que o afro-brasileiro esteja adequadamente representado nos discursos midiáticos é preciso fomentar a desarticulação desse quadro discriminatório e na medida adequada preservar os índices da herança africana e os valores presentes na cultura negra muitas vezes invisibilizados pelo ideário popular que é alimentado pela crença de que certas funções devem ser ocupadas por estereótipos específicos.

Essa visão, que aprisiona o negro em estereótipos construídos segundo os modos como a sociedade lida com os descendentes de escravos, perpassa também olhares que, querendo-se críticos, endossam os valores defendidos pela sociedade. Mesmo em configurações que se querem afastadas de preconceitos e com as quais se busca assegurar o direito de o negro se colocar como sujeito do seu discurso, percebem-se figurações herdadas do sistema de compartimentação própria da sociedade escravocrata. Ainda quando se quer transgredir a tipificação do chamado homem de cor e ultrapassar os estereótipos negativos que configuram a sua marginalização,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

as representações de negro tendem a cair nas armadilhas de justificativas ou na idealização de qualidades. A estética do atleta vigoroso ou da mulata exuberante e sensual serve bem a esse propósito. Percebe-se que a distância entre a posição que pretende justificar a exclusão do negro e a que o celebra, desde que assuma um lugar predeterminado, é, às vezes, insignificante. Daí, o perigo de se fortalecer numa visão que aprisiona o negro em lugares em que sua identidade só pode ser delineada através de utopias e anacronias que desarticulam a sua efetiva integração na sociedade como cidadão (FONSECA, 2000, p. 94-95).

Nesse contexto, é preciso tratar da questão racial motivando outras leituras acerca da contribuição histórica e cultural dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira a fim de que negros e negras, mais próximos das esferas de decisão, rompam com as estruturas discursivas de discriminação, preconceito e racismo. Conclui Fonseca (2000):

Muitos dos traços que continuam a legitimar preconceitos existentes na sociedade brasileira ligados à cor de pele, às feições do rosto, ao tipo e cabelo e a uma gama infindável de elementos que qualificam ou desmerecem o indivíduo, têm sua origem num processo configurado pela mercantilização da escravidão, que transforma o africano em coisa, objeto de escambo ou de troca monetária. Mas é preciso destacar que são os mesmos traços que fortalecem argumentos sobre a pretensa inferioridade dos africanos que, aos poucos, vão sendo transformados em símbolos da identidade de espaços que, como o Brasil, são herdeiros da diversidade étnica que os navios negreiros trouxeram para garantir o sucesso das atividades desenvolvidas nas terras do Novo Mundo (FONSECA, 2000, p. 92).

Conclusões

A obra *Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia*, de Angélica Basthi, movimenta-se na direção da construção de novos discursos, com especial atenção ao tratamento dado às mulheres nas práticas e processos midiáticos da sociedade brasileira contemporânea. A publicação é fruto de parceria entre a FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas e a ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Ancorada na proposta de construção de uma mídia plural e igualitária, o guia é uma ferramenta cujo objetivo é auxiliar jornalistas (que desempenham as funções de produção, reportagem, redação, edição e direção de redação) e estudantes de Jornalismo na tarefa de cobrir os temas com recorte de gênero, raça e etnia no dia a dia da imprensa, conforme detalhamento constante na introdução do livro:

O objetivo deste “Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia” é oferecer instrumentos para que os/as jornalistas, no exercício de suas variadas funções nas redações de rádio, jornais, revistas, televisão e mídias digitais, sejam promotores e promotoras da equidade de gênero, raça e etnia a cada pauta jornalística. Visa, portanto, contribuir para a construção de um Jornalismo plural, ético e alinhado à meta do fortalecimento da democracia sólida e consistente no Brasil. E instigar profissionais de imprensa a responder perguntas cruciais no dia a dia: como agir no momento da seleção de novas histórias para a cobertura jornalística? Que palavras escolher para uso nos textos ou nas sonoras? Como promover a diversidade na hora de definir quem será a pessoa entrevistada para dar sua visão de mundo sobre determinado tema? Qual imagem, foto ou ilustração selecionar para uma reportagem na mídia impressa, televisiva ou digital? Qual o espaço e/ou sob qual formato (ou ainda qual trecho da fala a ser destacada) uma notícia com recorte de gênero, raça e etnia pode ser apresentada à população? (BASTHI, 2011, p. 14-15).

Diante dessas questões relacionadas ao estudo da população negra no Brasil, sua relação com a mídia e as formas pelas quais os meios de comunicação podem combater a discriminação e o racismo a necessidade que se impõe é a da concepção de uma mídia contrária ao tratamento preconceituoso, desigual e discriminatório às mulheres e, em especial, às mulheres negras.

Mais recentemente posturas desse tipo advêm da demanda existente em relação à aplicação efetiva da Lei 10.639 como forma de combate aos estereótipos e ao racismo no âmbito educacional e também dentro de uma perspectiva midiática. Nesses termos, em que medida o *Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia*, de Angélica Basthi, contribui para a construção desse novo paradigma? Qual a relevância desse manual no auxílio às atividades de estudantes, docentes e profissionais nas áreas de jornalismo e mídia?



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. [Ano].

BERND, Zilá. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Editora moderna, 1997.

CAPRINO, Mônica. **Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação**. São Paulo, 2002. Resumo de tese de doutorado.

CAVALLEIRO, Elaine. (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nova escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CITELLI, A. O. **Meio de comunicação e Educação**. UNISINOS. [Local, data, ano].

DINIZ, Dilma Castelo Branco. COELHO, Haydée Ribeiro. Regionalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente: identidade em construção**. São Paulo: Pallas, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens do negro na cultura brasileira. In: _____. (Org.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 87 - 116.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. Página consultada a 6 de agosto de 2012, < <http://www.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>>.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da Lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, Action Aid, 2009. p. 39 - 74.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Prática do racismo e formação do professor. In: DAYRELL, Juarez. (Org.). **Múltiplos olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

KUNSCH, M. M. (Org.). **Comunicação e educação: caminhos cruzados**. INTERCOM (LOYOLA), 1986.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Zahar Ed., 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**. Salvador, BA. Ano XXV, n: 3, p. 421 - 461. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAYMOND, Williams. Cultura. In: _____. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 118 - 125.

REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales**: a inovação em História. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RIOS, Ana Maria Lugao; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

ROCHA, Solange Pereira da.; FONSECA, Ivonildes da Silva. **População negra na Paraíba**: educação, história e política. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente de cor na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Políticas afirmativas e quotas: construção histórica do direito à igualdade substantiva. In: ROCHA, Solange Pereira da.; FONSECA, Ivonildes da Silva. **População negra na Paraíba**: educação, história e política. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987. (Projeto Passo à Frente. Coleção Polêmica; V. 11).